



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara de Vereadores de Barra do Ribeiro

Protocolo Geral

PROJETO DE LEI

Nº 10 / 2017

Recebido	A Plenário	Aprovado	Remetido
<u>02 / 03 / 17</u>	<u>08 / 03 / 17</u>	<u>13 / 03 / 17</u>	<u>13 / 03 / 17</u>
		Resultado da Votação: <u>Unanimidade</u>	<u>OF. Nº. 17 / 17</u>

Ementa: Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº. 2337/17, de 13/04/17 que autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II e Nível III, Serventes, A-tendentes de Creches, Merendeiras, Operário, Motorista e das outras providências.

Observações:

Remetido para Comissão: _____

em 06 / 03 / 2017

Reunião das Comissões 07 / 03 / 2017

Solicitação de Parecer _____

Vereadora Dione apresentou Emenda
Parecer contrário Igam - OT. 6.458/2017
- Baixou em Comissão

Comissão de Justiça e Redação apresentou
Parecer contrário à Emenda apresentada
pela Vereadora Dione Cortez, que
foi aprovado por 6 votos favoráveis
e dois contrários da Vereadora Dione
Cortez e Pedro Silvestre.

Projeto aprovado por unanimidade
sem emenda.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

PROJETO DE LEI N.º 10/2017

Altera Art.1º da Lei Municipal Nº 2.337/17, de 13 de janeiro de 2017, que Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências.

Art.1.º Altera o Art.1º *caput*, da Lei Municipal Nº 2.337/17, de 13 de janeiro de 2017, ficando com a seguinte redação:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente os seguintes cargos, conforme art. 230 a 234 da Lei Municipal n.º 793/1990

Número / Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
15 Professores Nível I	20 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 918,48
	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.836,96
25 Professores Nível II	20 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.134,35
	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 2.268,70
15 Professores Nível III	20 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.401,01

	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 2.802,02
18 Atendentes de Creche	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 789,48
08 Serventes	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 743,70
01 Merendeira	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 789,48
05 Operário	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 633,04
03 Motorista	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 975,12

Parágrafo único. O prazo da contratação temporária é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do Contrato Administrativo e o mesmo poderá ser renovado por igual período, ou ser rescindido a qualquer momento pela Administração, de acordo com o interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO, em 24 de Fevereiro de 2017.


JAIR MACHADO
Prefeito



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

JUSTIFICATIVA

A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público – art. 37, inciso IX, da Constituição Federal – necessidade de expressa previsão em lei – A regra geral, prevista no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, é que a contratação por ente público seja realizada mediante concurso público. O inciso IX, do referido art. 37, contém norma excepcional, que autoriza a edição de lei que estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, esta norma foi recepcionada pela legislação local, art. 230 a 234, da Lei n.º 793/90, que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

O presente Projeto de Lei que propõe autorização do Poder Executivo para a Contratação Emergencial considerando a necessidade de contratação temporária se deve ao fato de não haver profissionais suficientes no quadro de carreira para atender a demanda existente e suprir possíveis ausências em decorrência de aposentadorias, readaptações e licenças de qualquer natureza junto as unidades de ensino municipal.

Não haverá impacto financeiro, pois já houve a Lei Municipal Nº 2.337/17, de 13 de janeiro de 2017, que foi aprovada por esta respeitável Casa Legislativa.

Esta alteração apenas informará corretamente a carga horária dos cargos de professores de nível I, II e III, permanecendo a carga horária já estipulada dos demais cargos, conforme regulamentação da Lei Municipal Nº 1572/2002, constando a carga horária de 40 horas e/ou 20 horas semanais, e não apenas 40 horas semanais.

Por estes motivos é que apresentamos o presente Projeto de Lei para apreciação desta egrégia Câmara de Vereadores.

Barra do Ribeiro, 24 de Fevereiro de 2017.


JAIR MACHADO
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

LEI N.º 2.337/2017

Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências.

JAIR MACHADO, Prefeito Municipal de Barra do Ribeiro.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente os seguintes cargos, conforme art. 230 a 234 da Lei Municipal n.º 793/1990

Número / Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
15 Professores Nível I	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 918,48
25 Professores Nível II	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.134,35
15 Professores Nível III	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1572/2002)	R\$ 1.401,01
18 Atendentes de Creche	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 789,48



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

08 Serventes	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 743,70
01 Merendeira	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 789,48
05 Operário	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 633,04
03 Motorista	40 horas (conforme Lei Municipal n.º 1571/2002)	R\$ 975,12

Parágrafo único. O prazo da contratação temporária é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do Contrato Administrativo e o mesmo poderá ser renovado por igual período, ou ser rescindido a qualquer momento pela Administração, de acordo com o interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO, em 13 de Janeiro de 2017.


JAIR MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


JÔNATAS DE SOUZA BRANCO
Secretário Municipal da Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 10/2017

“Altera Art. 1º da Lei Municipal nº 2.337/17, de 13 de janeiro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Professores de Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências”.

Art.1º Fica acrescido que a contratação temporária prevista no Art. 1º da presente lei, deverá priorizar os profissionais residentes no Município de Barra do Ribeiro/RS .

Art.2º Esta Emenda entrará em vigor na data de sua aprovação.

Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, em 07 de março de 2017.

DIONE CORTINAZ SOUZA

Vereador Proponente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

JUSTIFICATIVA:

A alteração solicitada por essa Bancada através da presente emenda vem alicerçada nos seguintes termos:

- a) A Contratação de profissionais residentes no município reduzem o custo desta contratação, uma vez que não será necessário o pagamento de vale transportes e ajudas de custos.
- b) Existem profissionais qualificados no município;
- c) Essa Bancada zela pela realização de concurso público e também pelo cumprimento da folha de pagamento do Município.

Em sendo assim, apresentamos a presente Emenda adequando o projeto apresentado pelo Executivo à realidade de crise vivida nos dias de hoje.

DIONE CORTINAZ SOUZA

Vereador Proponente



Porto Alegre, 8 de março de 2017.

Orientação Técnica IGAM nº 6.457/2017.

I. O Poder Legislativo do Município de Barra do Ribeiro, RS, por intermédio do Sr. Eduardo Hubner, solicita ao IGAM orientação acerca da viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 10, de 2017, que visa autorizar o Executivo local a realizar a contratação temporária de excepcional interesse público de professores, serventes, atendentes de creche, merendeira, operário e motorista. Concomitantemente, solicita análise sobre a Emenda ao referido projeto apresentada por Parlamentar.

II. De início, destaca-se que a temática a ser abordada na presente consulta já serviu de objeto de informativo do IGAM. O trabalho "*Contratação Temporária – Caracterização Categórica Da Exceção*", disponível aos clientes em nossa página na Internet¹, apresenta relevantes considerações a respeito das contratações temporárias por parte da Administração Pública, de modo que se recomenda sua leitura em complemento às orientações ora expostas, dada a pertinência para a compreensão do tema.

III. Em relação ao aspecto formal da propositura, salienta-se que a Lei Orgânica do Município de Barra do Ribeiro assim dispõe:

Art.68. São atribuições do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal, as instituídas na Constituição Federal e as instituídas por esta Lei Orgânica:

(...)

XI – prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da Lei;

Observa-se, portanto, que é juridicamente viável a apresentação do Projeto de Lei nº 9, de 2017, de iniciativa do Prefeito, na medida em que se trata de proposta que visa obter autorização legislativa para contratação emergencial de servidores.

¹ Disponível em: <<http://www.igam.com.br/area-logada-download-de-informativos-%7Bid%7D>>. Acesso em: 8 mar. 2017.



IV. No que envolve o aspecto de materialidade do projeto de lei, importa salientar que a necessidade excepcional de contratação temporária por motivo de interesse público é medida de caráter atípico, vez que, via de regra, a investidura em cargo ou emprego público deve se dar em caráter efetivo, além de ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, a teor do inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

A propósito, o inciso IX do dispositivo constitucional referido estabelece que:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Regramento semelhante é verificado na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que também confere à lei a incumbência de determinar os casos em que, por motivos excepcionais, fica autorizada a contratação temporária de pessoal, sempre com vistas ao interesse da Administração Pública, a saber:

Art. 19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos municípios, visando à promoção do bem público e à prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que a compõe, observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade, da motivação e o seguinte:

(...)

IV - a lei estabelecerá os casos de contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Neste viés, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Barra do Ribeiro estabelece os casos em que são autorizadas as contratações de pessoal por necessidade temporária de excepcional interesse da Administração municipal, dispondo da seguinte forma:

Art. 230 - Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.

Art. 231 - Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

I - atender as situações de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos; e

III - atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em Lei específica.

Assim, percebe-se que as contratações temporárias no âmbito da municipalidade de Barra do Ribeiro devem ser fundamentadas em situação de caráter emergencial de excepcional interesse público.

Portanto, na exposição de motivos do projeto de lei em apreço, deve restar claro aos membros do parlamento local – a quem cabe a decisão sobre o mérito da proposta – que as circunstâncias específicas permitem a conclusão de que se está diante de situação de excepcional necessidade das contratações emergenciais, a fim de que o interesse público seja resguardado através da adoção de tais medidas.

Salienta-se que a justificativa que deve acompanhar a propositura não foi encaminhada junto à consulta, de modo que tal análise resta prejudicada.

V. De outra banda, no que tange ao prazo de duração das contratações almeçadas, observa-se que o art. 232² do Regime Jurídico previamente citado determina o limite temporal de 4 meses de vigência da admissão temporária, havendo óbice, portanto, para o lapso apontado pelo pertinente projeto, o que poderá inviabilizar sua tramitação, caso não seja adequada a propositura.

Deve-se ressaltar, ainda nesta via, que o projeto de lei ora analisado não prevê a realização de processo seletivo simplificado, descumprindo, deste modo, com os requisitos contidos na Resolução nº 1.051³, de 2015, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, as duas inadequações referidas neste item deverão ser reavaliadas, sob pena de inviabilidade do Projeto de Lei nº 10, de 2017.

VI. Já em relação à Emenda apresentada por Vereador do Município, entende-se que seu conteúdo restringe a participação de candidatos que não munícipes no processo seletivo, o que vai de encontro com o princípio do amplo acesso ao serviço público, da igualdade de condições entre os concorrentes e da impessoalidade, vez que coloca determinados interessados em condição de vantagem em relação ao demais, que sequer poderão participar do certame.

Muito embora não se desconheça das razões elencadas pelo Edis para a apresentação da proposta, inviável sob o ponto de vista jurídico, por atentar aos princípios acima referidos e, por consequência, à sistemática dos concursos públicos.

² Art. 232 - As contratações de que trata este capítulo, terão dotação orçamentária específica e não poderão ultrapassar o prazo de 04 (quatro) meses.

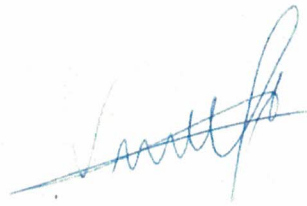
³ Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO:RP:P4_CD_LEGISLA CAO:703624>. Acesso em 8 mar. 2017.



IGAM[®]

VII. Diante do exposto, conclui-se que a viabilidade do Projeto de Lei nº 10, de 2017, está condicionada à observância das adequações relacionadas no item V desta orientação Técnica, ao passo que inviável a proposta de Emenda ao texto da mesma propositura.

O IGAM permanece à disposição.



VINÍCIUS DE MOURA E SOUZA
OAB/RS nº 105.246
Consultor do IGAM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

"Nossa terra, nossa gente, a mais bela e mais querida."

Parecer Jurídico referente ao Projeto de Lei n.º 010/2017

Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 2337/2017, de 13/01/2017 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências:

A Lei Municipal n. 793/90, Regime Jurídico dos Servidores do Município, em seus Arts. 230, 231, 232 assim dispõe:

Art. 230 - Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.

Art. 231 - Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

I - atender as situações de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em Lei específica.

Art. 232. As contratações de que trata este Capítulo, terão dotação orçamentária específica e o prazo de contratação será estabelecido na Lei específica que autoriza a contratação.

A emergencialidade e prazo são características para que o Poder Executivo possa realizar a contratação temporária.

A questão emergencial deverá atender a uma necessidade estipulada, que conclui que seja temporária. Razão pela qual o prazo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

"Nossa terra, nossa gente, a mais bela e mais querida."

deverá ser expresso, pois a situação é excepcional, a fim de que caracterizar a contratação temporária pelo Poder Executivo, dos cargos elencados no referido Projeto de Lei.

A justificativa do Projeto de Lei informa que a contratação tem por escopo suprir a necessidade de trabalho, uma vez que não há profissionais suficientes no quadro de carreira para atender a demanda existente e suprir possíveis ausências em decorrência de aposentadorias, readaptações e licenças de qualquer natureza junto às unidades de ensino municipal.

Também informa que a alteração apenas informará corretamente a carga horária dos cargos de professores de nível I, II, e III que, conforme art. 26 da Lei Municipal nº 1572/2002 pode ser de 20 e 40 horas semanais.

Pelos fatos expostos, entendem-se pela regularidade do trâmite do Projeto de Lei que Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 2337/2017, de 13/01/2017 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências. É o parecer.

Barra do Ribeiro/RS, 03 de março de 2017

Eduardo Pacheco Hubner
OAB/RS 75.023
Assessor Jurídico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Emenda ao Projeto de Lei Nº 10/2017.

Emenda: "Art.1º Fica acrescido que a contratação temporária prevista no Art. 1º da presente lei deverá priorizar os profissionais residentes no Município de Barra do Ribeiro/RS. (...)"

Presidente: Vereador Lucas Campos
Secretário: Vereador Claudir da Silva
Relator: Vereador Cirineu Luiz Iplinski

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO examinando a emenda ao Projeto de Lei Nº 10/2017, considera que a mesma não apresenta condições de ir a Plenário, pois não cumpre os requisitos legais para ser votado, conforme parecer abaixo transcrito.

Parecer sobre a Emenda:

Antes de decorrer no mérito da presente emenda se faz necessário a introdução de temas importantes referente ao direito administrativo.

Toda administração pública deve ser alicerçada nos princípios elencados no art. 37 da CF que são: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA. Nessa senda, podemos destacar dois princípios fundamentais que tem influência na emenda apresentada, são eles:

- Princípio da Legalidade: Significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa nos mandamentos da Lei, deles não podendo afastar, sob pena de inviabilidade do ato e responsabilidade do seu autor. Assim, a emenda em questão não poderá ferir a CF ou qualquer outra legislação, sob pena de ter sua eficácia prejudicada.
- Princípio da Impessoalidade: Determina que toda a atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigidas aos cidadãos em geral, sem determinação de pessoa ou discriminação de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

qualquer natureza. Portanto tal emenda não poderá restringir a participação dos cidadãos na disputa, sob pena de ferir o princípio citado.

Assim, a Contratação Temporária, por ser uma forma de certame, como o concurso público, deve atender aos princípios da impessoalidade e da legalidade, além dos outros princípios elencados na CF/88.

Portanto, em relação à Emenda apresentada, entende-se que seu conteúdo restringe a participação de candidatos que não são residentes no município de participar do processo de contratação, o que vai de encontro com o princípio da Legalidade, do amplo acesso ao serviço público, da igualdade de condições entre os concorrentes e da impessoalidade, vez que coloca determinados interessados em condição de vantagem em relação ao demais, que sequer poderão participar do certame. Assim, a apresentação da proposta se torna inviável sob o ponto de vista jurídico, por atentar aos princípios acima referidos.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE BARRA DO RIBEIRO**, em 13 de Março de 2017.


Lucas Campos
Presidente


Claudir da Silva
Secretário


Cirineu Luiz Iplinski
Relator



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Projeto de Lei Nº 10/2017.

Ementa: "Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 2337/2017, de 13/01/2017 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente Professores Nível I, Nível II, Nível III, Serventes, Atendentes de Creches, Serventes, Merendeira, Operário, Motorista e dá outras providências:".

Presidente: Vereador Lucas Campos
Secretário: Vereador Claudir da Silva
Relator: Vereador Cirineu Luiz Iplinski

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO examinando o Projeto de Lei Nº 10/2017, considera que o mesmo apresenta condições de ir a Plenário, pois cumpre todos os requisitos legais para ser votado, ratificando o parecer jurídico exarado.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA DO RIBEIRO, em 03 de Março de 2017.


Lucas Campos
Presidente


Claudir da Silva
Secretário


Cirineu Luiz Iplinski
Relator